

Derrite propôs barrar PF nos Estados

Elo do bolsonarismo

com o crime levou

à trama contra a PF

Reprodução



Ofício produzido dentro do BC foi única base para Daniel Vercaro sair da cadeia

Ofício interno do Banco Central, redigido às vésperas da deflagração da Operação Compliance Zero que prendeu Daniel Vercaro por fraude que pode chegar a 12 bilhões, foi a peça chave para o pedido de soltura do dono do banco Master. O ofício conta a reunião por videoconferência entre Vercaro e diretores do BC, reunião em que não há nenhum registro gravado, apenas o relato apresentado. No relato, ele teria informado que viajaria a Dubai. Com base nisso, a defesa pediu sua soltura alegando que ele não pretendia fugir. **Pág. 3**



Sem investigação, sem recursos e sem arresto de bens dos criminosos

O Brasil assistiu estarecido a uma cruzada do bolsonarismo contra a Polícia Federal. O bolsonarista Guilherme Derrite, secretário de Segurança de Tarcísio, em SP, se licenciou do cargo que ocupava para assumir a Câmara dos Deputados

com o único objetivo de deturpar completamente o projeto de lei do governo Lula de combate às facções criminosas que atuam no país. As últimas operações da Polícia Federal mostraram ligações entre organizações criminosas e o seu braço político nos Estados e no Congresso. **Página 3**

Galípolo abre o jogo: só reduz juro se desemprego aumentar

Divulgação



Brasil pode fabricar não só o Astrus, lança-mísseis da Avibrás, mas aeronaves, radares, submarinos etc

CNI defende produzir no Brasil e frear importações de defesa

Ação pode gerar 226 mil empregos diretos e R\$ 9,9 bilhões de arrecadação

À Confederação Nacional da Indústria (CNI) defende que o Brasil pode avançar na substituição de importações industriais de defesa pela produção interna, pois o país atingiu a capacidade de pro-

duzir armamentos, radares, mísseis e aeronaves militares. Em seu estudo inédito, a entidade aponta que “se o Brasil produzisse cerca de um terço dos produtos de defesa e segurança que hoje importa, o país

poderia criar 226 mil empregos diretos e indiretos e arrecadar R\$ 9,9 bilhões em tributos indiretos e contribuições sociais”. “Compras públicas de defesa são um instrumento estratégico para estimular a

produção nacional, adensar cadeias industriais e impulsionar pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) com efeitos multiplicadores em toda a economia”, defende a Federação da Indústria de SC. **Pág. 2**

O presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, afirmou que não vê nenhum motivo para os juros caírem no Brasil. “Não há qualquer tipo de adição ou modulação em relação a minha última fala [27/11]”, disse. Na última semana, ele declarou que a decisão de manter o segundo maior juro do mundo “não é reiniciada a cada reunião do Copom, mas segue uma trajetória contínua” e considerou que o mercado de trabalho brasileiro está “aquecido”, o que demanda do BC uma postura “mais conservadora”. **Pág. 2**

Amauri Pollachi: privatização da Sabesp fez sede virar um negócio

Durante décadas, a Sabesp foi considerada um investimento estável, capaz de lucrar mesmo em crise hídrica e ainda manter alto nível de reinvestimento. Agora, com a privatização pelo governo Tarcísio, a lógica se altera: dividendos caminham para 100% do lucro e a manutenção preventiva perde espaço, denuncia o engenheiro Amauri Pollachi, especialista em recursos hídricos. **Pág. 4**

Moraes registra contradição de Heleno e manda PF fazer perícia

O ministro Alexandre de Moraes, do STF, determinou aos peritos da PF que façam um relatório sobre a alegação da defesa de Augusto Heleno de que ele tem o diagnóstico de Alzheimer: “Em virtude de informações contraditórias, a análise do pedido formulado pela defesa [de prisão domiciliar] exige, inicialmente, a efetiva comprovação do diagnóstico de demência mista”, escreveu. **P. 3**

Austeridade fiscal trilionária

Pauta bomba são os juros!

PAULO KLIASS*

A área econômica da Esplanada dos Ministérios sempre encheu a boca para se orgulhar de sua busca permanente pela austeridade fiscal. Desde antes da posse do terceiro mandato de Lula à frente da Presidência da República, o que se ouvia era o compromisso do futuro governo – que deveria marcar a ruptura com a direita e a extrema direita desde o golpe contra Dilma em 2016 – com a pauta ditada pelo financismo e pelos interesses da Faria Lima. Dentre tantos itens do conservadorismo econômico, ganhava destaque o engajamento com o objetivo de gerar recursos orçamentários para o pagamento de juros da dívida pública. Assim, de acordo com os cânones do manual do neoliberalismo internacional preconizado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), tal procedimento implicava a geração de superávit primário nas contas públicas.

O próprio Lula emitia declarações ambíguas a esse respeito. Ao mesmo tempo em que prometia fazer mais e melhor do que nos dois primeiros mandatos, ele dizia antes das eleições de 2022 que

(...) “ninguém neste mundo demonstrou mais responsabilidade fiscal do que nós. O Brasil foi o único país do G20 que fez superávit primário durante os mandatos meu e da Dilma. Único do mundo” (...) [GN]

Ora, não há razão alguma para um governo que se pretende progressista, com um pé de alguma forma ainda fincado no campo da esquerda, se vangloriar de ter realizado tanto superávit primário. E o pior do que isto é ainda considerar como virtude de orientação de programa governamental continuar desenvolvendo uma política econômica de inspiração neoliberal, ancorada na austeridade fiscal e no arrocho monetário. A título de exemplo, apenas durante os 2 primeiros mandatos de Lula, o governo federal realizou uma despesa de R\$ 2,6 trilhões para o pagamento de juros da dívida pública. Isso representou uma média de 4,5% do PIB com esse tipo de despesa orçamentária entre 2003 e 2010. Na verdade, esse tipo de dispêndio é a contrapartida do esforço para realizar superávit primário.

RECORDE DE DESPESA COM JUROS! NUNCA ANTES NA HISTÓRIA DESTES PAÍS

Mas o dramático é que o processo foi ainda mais agravado com o retorno de Lula ao Palácio do Planalto em 2023. O processo de comprometimento de recursos públicos com a esfera financeira foi aprofundado. De acordo com o mais recente Boletim de Estatísticas Fiscais do Banco Central (BC) a situação nunca esteve tão ruim. Como costuma afirmar o Presidente, “nunca antes na História deste País” o setor público gastou tanto com uma despesa tão parasita e regressiva quanto no mês de outubro. De acordo com as informações exibidas no documento, naquele mês foram dispendidos R\$ 114 bilhões com o pagamento de juros da dívida pública. Este foi o maior valor mensal da série histórica apurada pelo órgão.

Este volume representou uma média de R\$ 5 bi por cada um dos 23 dias úteis do mês. Uma loucura! Tanto mais impressionante se levarmos em conta o discurso do Secretário Executivo do Ministério da Fazenda e dos órgãos da grande imprensa de forma geral quando o Senado Federal aprovou recentemente uma medida justa e necessária de regulamentar a aposentadoria especial para os agentes de saúde. A narrativa que se tentava impor era de uma “pauta bomba”, “irresponsabilidade fiscal” e por aí vai. Já o número dois de Fernando Haddad, Dario Durigan, saiu-se com bravatas e ameaças à decisão do legislativo

(...) “Esse texto tem um impacto muito grande para os cofres públicos. É muito ruim do ponto de vista fiscal e não deveria avançar” (...)

Continua: <https://horadopovo.com.br/austeridade-fiscal-trilionaria-por-paulo-kliass/>

*Paulo Kliass é doutor em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal

Galípolo abre o jogo: só reduz juros se desemprego aumentar



Gabriel Galípolo, presidente do Banco Central, em evento com banqueiros

CNI defende produção no Brasil e freio às importações industriais de defesa

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) defende que o Brasil pode avançar na substituição de importações industriais de defesa pela produção interna, pois o país atingiu a capacidade de produzir armamentos, radares, mísseis e aeronaves militares.

Em seu estudo inédito, a entidade aponta que “se o Brasil produzisse cerca de um terço dos produtos de defesa e segurança que hoje importa, o país poderia criar 226 mil empregos diretos e indiretos e arrecadar R\$ 9,9 bilhões em tributos indiretos e contribuições sociais”. De acordo com a entidade ainda, “o impacto total no valor da produção seria de R\$ 60,9 bilhões”.

A CNI lançou um novo simulador que mede os efeitos socioeconômicos de substituir importações por produção interna, considerando os impactos em emprego, renda e arrecadação fiscal. Os números deste indicador foram divulgados na última quinta (27), durante a 26ª reunião do Conselho de Desenvolvimento da Indústria de Defesa (Condefesa), que aconteceu na sede da entidade, em Brasília, com a presença de empresários, especialistas e representantes das forças armadas do Brasil.

A CNI mostrou que,

atualmente, o Brasil importa, em média, R\$ 70,8 bilhões por ano em produtos de defesa e segurança, com itens que vão desde coletes balísticos e trajes antibombas até mísseis e peças e componentes para aeronaves militares.

Na avaliação do presidente do Conselho de Desenvolvimento da Indústria de Defesa e da Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc), Mário Aguiar, o Brasil já conta com base interna capaz substituir insumos críticos e produtos acabados de defesa e segurança nas compras do Estado brasileiro.

“Compras públicas de defesa são um instrumento estratégico para estimular a produção nacional, adensar cadeias industriais e impulsionar pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) com efeitos multiplicadores em toda a economia”, defende Aguiar.

De acordo com a CNI, hoje mais de 90% das importações no setor são de uso dual, ou seja, com aplicação tanto militar quanto civil. Sendo assim, essa característica amplia o potencial de desenvolvimento tecnológico e produtivo, que podem atingir setores de telecomunicações, aeroespacial, automotivo, cibernético e energético.

“A nacionalização, mesmo parcial”, ressalta a CNI, em nota, “pode reduzir a vulnerabilidade externa em setores sensíveis, estimular a inovação e fortalecer a soberania tecnológica do país”.

O especialista em políticas e indústria da CNI, Danilo Severian, esclarece que o fortalecimento da base industrial de defesa tem efeitos importantes nas cadeias produtivas de alta complexidade.

“É um setor capaz de elevar o patamar tecnológico do país e criar oportunidades tanto para grandes empresas quanto para startups e centros de pesquisa”, comenta. Além disso, há a geração de emprego e renda. “O fortalecimento da base industrial de defesa cria oportunidades de carreira em áreas de ponta e pode contribuir para reduzir a evasão de talentos brasileiros para o exterior”.

Caso o Brasil produzisse 30% do que hoje importa em produtos de defesa, o Observatório Nacional da Indústria projeta uma geração de 123 mil vagas formais em solo brasileiro, sendo: 6.900 em ocupações de inovação; 2.426 em áreas técnico-científicas ligadas à pesquisa e desenvolvimento (P&D); 5.393 para técnicos e tecnólogos; e 1.241 para engenheiros.

Magda anuncia investimentos e diz que a Margem Equatorial vai surpreender

“Petrobrás vai investir US\$ 109 bilhões nos próximos 5 anos, um volume importante para a economia nacional”, declarou a presidente da estatal

O Conselho de Administração Petrobrás aprovou, na quinta-feira (27), o plano de investimentos para o período de 2026 a 2030, que prevê investimentos totais de US\$ 109 bilhões. Em coletiva nesta sexta-feira (28), a presidente da estatal, Magda Chambriard, destacou os 72 anos de criação da Petrobrás e afirmou seu compromisso em “zelar pela segurança energética, associada ao zelo pelo planeta que a sociedade nos impõe”.

“A Petrobrás vai investir US\$ 109 bilhões nos próximos cinco anos, um volume importante de investimento para a economia nacional, que representam 5% de todo o investimento que acontece em nosso país”, disse Magda.

“Vamos gerar 311 mil postos de trabalho e vamos gerar R\$ 1,4 trilhão em tributos para União, estados e municípios ao longo dos próximos cinco anos. Seguiremos nossa trajetória como empresa brasileira integrada, líder na transição energética justa e responsável por

31% da energia que o Brasil consome”, afirmou.

Magda citou alguns exemplos do que a Petrobrás pretende fazer: nove sistemas de produção com plataformas; sistemas de produção complementares aos anteriores (sem plataforma); 20 navios de cabotagem, com barcas e navios de pequeno porte. Serão 18 barcas, 40 novos embarcações de apoio.

A estatal pretende acelerar os projetos de fertilizantes no início do ano que vem, com as fábricas de fertilizantes (Fafens) da Bahia e Sergipe. A produção na Ansa (fábrica de fertilizantes Araucária Nitrogenados S.A.) em Araucária (PR) será retomada em março/abril de 2026.

Sobre o refino, Magda disse que segue avançando com a expansão da Refinaria Abreu e Lima (RNESR) em Pernambuco e com o Complexo Boa Ventura (antigo Comperj) em Itaboraí (RJ), “trazendo mais combustível ao mercado brasileiro e investimento de Norte a Sul do Brasil”.

A presidente da Pe-

trobrás destacou ainda o “aumento expressivo na produção desse ano, de 11%, um crescimento inédito no mar, no pré-sal”.

MARGEM EQUATORIAL

Sobre a Margem Equatorial, Magda relatou: “começamos a perfurar o poço lá, que está localizado, simplesmente, numa área que tem 2 mil 880 metros de lâmina d’água. A gente está lá a mil metros de profundidade abaixo do solo marinho”.

“Estamos indo para a terceira fase e estamos orgulhosos desse resultado. E vamos continuar prosseguindo e quem sabe anunciar em breve a descoberta que mais desejamos”, declarou.

No plano, a Petrobrás prevê atingir o pico de produção de óleo de 2,7 milhões bpd em 2028 e pico de produção total de 3,4 milhões de barris equivalentes de óleo e gás por dia (boed) em 2028 e 2029.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/magda-anuncia-investimentos-e-diz-que-margem-equatorial-vai-surpreender/>

Presidente do BC vai seguir asfixiando a economia “pelo tempo que for necessário”

O presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, afirmou que não vê nenhum motivo para os juros caírem no Brasil. “Não há qualquer tipo de adição ou modulação em relação a minha última fala [27/11]”, disse Galípolo, em evento promovido pela XP Investimentos, nesta segunda-feira (1º), em São Paulo. Na última semana, ele declarou que o arrocho monetário será mantido pelo “tempo que for necessário”.

Galípolo declarou que a decisão de manter a Selic em 15% “não é reiniciada a cada reunião do Copom, mas segue uma trajetória contínua” e considerou que o mercado de trabalho brasileiro está “aquecido”, o que demanda do BC uma postura “mais conservadora”.

“O Brasil vive um contexto em que variáveis que normalmente caminham juntas passaram a se mover em direções inesperadas, como juros altos acompanhados simultaneamente por queda do desemprego e da inflação”, reclamou, admitindo que a inflação está sob controle, mas o alto índice de emprego, segundo ele, justifica mais arrocho sobre os investimentos e o consumo.

Os dados mais recentes sobre geração de emprego no país já dão sinais de desaceleração. De acordo com o Caged, do Ministério do Trabalho, o emprego formal em outubro desabou 35% em relação a outubro do ano passado. A Confederação Nacional da Indústria, em recente pesquisa de novembro, sinalizou queda no emprego industrial.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística divulgou que a taxa de desocupação ficou em 5,4% no trimestre encerrado em outubro, com “estabilidade” na maioria dos setores, como indústria e comércio.

O baixo nível de desemprego, reclamado por Galípolo, vem acompanhado por um contingente expressivo de 38,8 milhões de brasileiros no mercado informal de trabalho. Sem proteção de direitos trabalhistas, Previdência Social, e que na sua maioria estão vivendo dos chamados “bi-

cos” – atividades de trabalhos precários, com longas jornadas e salários miseráveis.

BOLETIM FOCUS

As declarações de Galípolo ocorreram no mesmo dia em que a autarquia publicou seu boletim Focus, com a consulta de mais de 100 instituições financeiras, na última semana, sobre projeções de inflação, juros, PIB, entre outros. Os bancos e demais rentistas voltaram a realizar cortes na inflação esperada para o fim deste ano, de 4,45% para 4,43%.

Conforme a última prévia da inflação (IPCA-15), de responsabilidade do IBGE, de janeiro a outubro deste ano, o indicador teve alta de 4,15%, e, nos últimos 12 meses, de 4,5%.

Mesmo com a inflação sob controle e dentro do sistema de metas de inflação – que na prática serve como fomentador de políticas econômicas recessivas – os bancos (pela 23ª semana consecutiva) mantiveram a projeção da Selic em 15% em 2025. O “mercado” projeta que a taxa Selic fique abaixo de 10% somente em 2028.

Com a inflação esperada em queda e a Selic permanecendo em 15%, o juro real (descontada a inflação) é de 10,5%. Sendo a segunda maior taxa de juros do planeta, perdendo apenas para Turquia (18%).

Mesmo diante da pressão do setor produtivo, empresários e trabalhadores, economistas, entre outros setores, denunciando o estrago dos juros elevados impostos pelo BC sobre a economia brasileira e exigindo redução da Selic, ao ser questionado sobre a decisão de manter a Selic em 15% por um tempo “bastante prolongado”, Galípolo ironizou dizendo que não sabe se tem “necessidade ou obrigação de criar algum tipo de código na comunicação que vá telegrafar quando o BC vai fazer algo (aumentar, reduzir ou manter os juros)”.

Como se o boletim Focus não fosse exatamente a sinalização do BC ao sistema financeiro: vai continuar beneficiando o rentismo.

Produção da indústria de transformação recua 0,6% em outubro, aponta IBGE

A produção industrial brasileira variou em alta de 0,1% em outubro, em comparação com o mês imediatamente anterior (-0,4%), com a produção pela indústria de transformação recuando -0,6% no mês, após ficar estagnada em setembro (0%), divulgou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na terça-feira (2).

A principal influência positiva foi assinalada pela indústria extrativa que avançou 3,6% em outubro pela maior extração de petróleo e gás natural.

Frente a outubro de 2024, o total da indústria voltou a registrar taxa negativa na produção, com o recuo de -0,5%.

No acumulado de janeiro a outubro de 2025, frente a igual período do ano anterior, o setor industrial está em 0,8% em alta, contudo, observou André Macedo, gerente da pesquisa, “prossegue a característica de redução no ritmo de crescimento ao longo do ano, uma vez que o setor industrial havia mostrado expansões de 2% no primeiro trimestre e de 1,3% nos seis primeiros meses de 2025. Vale destacar que esse comportamento também foi observado nas quatro grandes categorias econômicas”.

JUROS E MAIS JUROS

Com esses resultados, a produção industrial brasileira está 14,8% abaixo do nível recorde alcançado em maio de 2011, devido ao alto nível da taxa básica de juros (Selic) do Banco Central

(BC), hoje em 15%, com os juros reais (descontada a inflação) entre os mais altos do planeta, o que tem criado um ambiente de restrições financeiras cada vez mais severas à indústria, ao encarecer o crédito e inibir a demanda por bens industriais no país.

Quando comparado com outubro de 2024, a produção de bens de capital (como máquinas e equipamentos) mostrou queda de menos 2,9%, sendo a quinta taxa negativa consecutiva neste tipo de comparação.

O baixo desempenho do índice de produção de bens de capital vem sendo influenciado, principalmente, pelo recuo de equipamentos de transporte (-15,4%), pressionado, em grande parte, pela menor produção de caminhão-tractor para reboques e semirreboques, reboques e semirreboques e caminhões. Além de bens de capital para energia elétrica (-3,9%), para construção (-6,8%) e para fins industriais (-0,9%).

De um ano para o outro, também foi constatada a piora da produção de bens de consumo semi e não duráveis, redução de -1,6%, a sétima taxa negativa consecutiva nesta base comparativa. Nesta categoria industrial, o desempenho negativo é explicado, principalmente, pelo recuo de carburantes (-10,9%), pressionado pela menor produção de álcool etílico e gasolina automotiva.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/producao-da-industria-de-transformacao-cai-06-em-outubro/>

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto

Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP

E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.R.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curio-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Foto: Reprodução/YouTube/XP



Reprodução

Na refinaria, Lula denunciou privatizações

Ampliar a capacidade da Abreu e Lima é garantir a soberania do país, diz Lula

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou na terça-feira (2), em Ipojuca (PE), da cerimônia de expansão da capacidade operacional da Refinaria Abreu e Lima (RNEST). Foi confirmado um investimento de aproximadamente R\$ 12 bilhões para a nova etapa do empreendimento, que deve gerar mais de 15 mil empregos diretos e indiretos e fortalecer a indústria nacional de petróleo e gás.

“Fazer isso aqui é a demonstração de que esse país é soberano. E esse país tem na Petrobras a sua mais importante empresa”, afirmou o presidente, destacando que só dois presidentes brasileiros se dedicaram à Petrobrás, Getúlio Vargas e ele. “Getúlio criou a empresa em 1954 e eu a recuperei em 2023”, disse o presidente. “Diziam que o país não precisava de refinarias, que a Abreu e Lima era uma obra desnecessária. Nada mais equivocado”, apontou. O presidente reforçou que a estatal deverá usar os seus recursos do uso do petróleo para acelerar a transição energética.

Lula disse que a ampliação da refinaria é um instrumento de soberania, desenvolvimento regional e reconstrução da capacidade industrial brasileira. A retomada da Abreu e Lima integra um plano mais amplo de investimentos da Petrobrás, que soma U\$ 109 bilhões anunciados recentemente pela presidência da companhia. Lula ressaltou que o papel da estatal vai além da produção de petróleo: ela deve ser protagonista da transição energética e do desenvolvimento sustentável, aproveitando o potencial do Brasil em liderar o setor de renováveis.

“A Petrobras, embora seja uma empresa de petróleo, é mais do que isso. Ela é uma empresa de energia. E ela tem que utilizar parte do dinheiro que ganha para fazer a transição energética”, explicou o presidente, lembrando que o Brasil já possui uma matriz majoritariamente limpa. Os países ricos se comprometeram a chegar a 50% da matriz energética limpa em 2050. Pois bem, hoje 53% da matriz energética do Brasil já é renovável”, acrescentou Lula.

O presidente também criticou a venda de ativos estratégicos, como a BR Distribuidora e refinarias, que, segundo ele, prejudicaram a capacidade do Estado de regular preços e proteger o consumidor. Para o presidente, investimentos públicos não são gastos, mas vetores de desenvolvimento e dignidade — especialmente quando chegam a quem mais precisa. “A BR poderia distribuir o gás para as famílias brasileiras. Ele sai a R\$ 37 da Petrobrás e chega a R\$ 150 para o povo”, denunciou.

“Diziam que era bom privatizar. Bom para quem cara pública?, indagou o presidente. “Muitas vezes a gente é enganado: dizem que ‘o Lula está gastando dinheiro’. Eu estou dando gás, comida, emprego e universidade para o pobre. Investimento significa emprego. Emprego significa salário. E salário significa dignidade do povo brasileiro”, declarou. No evento, o presidente fez também um discurso firme contra a violência contra as mulheres.

Relator do PL Antifacção fortalece a PF e gera R\$ 30 bi para combate ao crime

O senador Alessandro Vieira (MDB-SE) apresentou na Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ) seu relatório para o PL Antifacção com a previsão de R\$ 30 bilhões a mais para o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) por meio da taxação de bets.

O texto, visto positivamente pelo governo Lula, ficou para ser votado na semana que vem na CCJ. Após a leitura do parecer do senador, o presidente do colegiado, Otto Alencar (PSD-BA), atendeu o pedido dos senadores para ter mais tempo para analisar o projeto.

Na avaliação de Vieira, os R\$ 30 bilhões vindos da taxação das bets seriam o “maior investimento em segurança pública feito na história, com a potência necessária para virar o jogo no combate à criminalidade organizada e devolver o Brasil aos brasileiros”.

O relator explicou que todo o dinheiro novo que entrará no FNSP por meio da taxação das bets “tem que ser usado especificamente para combater o crime organizado”.

Alessandro Vieira alterou o texto que foi apresentado por Guilherme Derrite (PP-SP) na Câmara e que acabava por tirar recursos da Polícia Federal para distribuí-los entre os Estados.

O senador considera que o valor redistribuído anteriormente atrapalhava a PF e não era capaz de solucionar o problema nos Estados. “A gente está falando aí de valor muito baixo, alguma coisa em torno de R\$ 30 milhões, R\$ 50 milhões, R\$ 60 milhões, quando a necessidade de investimento é de bilhões”.

Os recursos apreendidos em operações conjuntas entre a Polícia Federal e as polícias dos Estados deverão ser destinados de acordo com a Justiça na qual a ação tramita.

Trama contra a PF expôs elo do bolsonarismo com o crime

Pablo Jacob/Governo do Estado de SP



Governador Tarcísio de Freitas com Ney Santos, elemento ligado ao PCC

Moraes vê “informações contraditórias” de Heleno e manda a PF fazer perícia

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou aos peritos da Polícia Federal que produzam um relatório sobre a alegação da defesa de Augusto Heleno de que o general tem o diagnóstico de Alzheimer.

O general bolsonarista foi condenado e preso por tentativa de golpe de Estado. Seus advogados pedem que ele fique em prisão domiciliar.

“Em virtude de informações contraditórias, a análise do pedido formulado pela defesa [de prisão domiciliar] exige, inicialmente, a efetiva comprovação do diagnóstico de demência mista”, escreveu Moraes.

Os peritos da PF de-

vem produzir um laudo “com a realização de avaliação clínica completa, inclusive o histórico médico, exames e avaliações de laboratório, como a função tireoidiana e níveis de vitamina B12, neurológicos e neuropsicológicos, incluindo, se necessário for, exames de imagem, como ressonância magnética e PET, além do que entenderem necessário para verificação do estado de saúde do réu, em especial sua memória e outras funções cognitivas, bem como eventual grau de limitação funcional decorrente das patologias identificadas”.

O general Heleno foi ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) entre 2019

e 2022, no governo Bolsonaro.

Seus advogados disseram ao Exército que ele tem o diagnóstico de Alzheimer desde 2018. Já para a Justiça, a defesa falou que o diagnóstico é de janeiro de 2025.

Moraes também decidiu que a defesa deve apresentar os documentos relativos ao diagnóstico.

Augusto Heleno foi condenado a 21 anos de prisão por ter participado na trama de golpe de Estado no Brasil.

A investigação provou que ele auxiliou Jair Bolsonaro em discursos com ataques às urnas eletrônicas e montou, por meio do GSI, um aparelho ilegal de espionagem.

Ofício interno do BC serviu de base para soltar Vercaro, acusado de fraude de R\$ 12 bilhões

Ofício interno do Banco Central, redigido às vésperas da deflagração da Operação Compliance Zero, descreveu em detalhes reunião por videoconferência entre Daniel Vercaro, dono do Banco Master, e diretores da autarquia.

As informações são do jornal O Globo.

Durante a conversa, ele teria informado que viajaria a Dubai para concluir negociações com investidores interessados na compra da instituição controlada por ele — o Banco Master. Um alibi montado muito convenientemente. A reunião e fala dele. Evidentemente, não se sabe se ele voltaria ou não da viagem.

Esse parecer — jamais divulgado publicamente até então — tornou-se a principal arma da defesa para contestar a acusação de risco de fuga.

A alegação foi bem-sucedida: a desembargadora Solange Salgado, do TRF-1 (Tribunal Regional Federal da 1ª Região), concedeu liberdade, com a imposição de medidas cautelares, entre essas, o uso de tornozeleira eletrônica. Com isso, a tese de que Vercaro tentava fugir do País — base para a prisão preventiva — foi oficialmenteabalada. A justificativa jurídica para mantê-lo preso foi esvaziada.

Assim, o documento do BC virou salvo-conduto para o banqueiro e suas fraudes.

Além de Vercaro, também foram beneficiados Alberto Felix de Oliveira Neto, superintendente executivo de Tesouraria; Augusto Ferreira Lima, que ocupou o posto de CEO do Master até o início das negociações para a ven-

da do banco; Ângelo Antônio Ribeiro da Silva, diretor do banco, e Luiz Antônio Bull, diretor de riscos, compliance, RH, operações e tecnologia

GRAVIDADE

A soltura ocorre num momento em que as investigações sobre o Banco Master revelam escala e potencial de dano alarmantes:

- A investigação da PF aponta fraude na emissão de títulos de crédito falsos, com oferta de CDB prometendo rendimentos 40% acima do mercado. Promessa, essa, considerada irreal.
- A fraude estimada pode chegar a R\$ 12 bilhões.
- A PF apreendeu cerca de R\$ 230 milhões em bens de executivos do Master. Entre essas, aeronave de alto valor, obras de arte e itens de luxo.

• A autarquia reguladora decretou a liquidação extrajudicial do banco, sob afirmação que o conglomerado enfrentava “grave crise de liquidez” e graves violações às normas do sistema financeiro.

Ou seja: há a acusação de esquema financeiro complexo e de grande risco, com impacto potencial sobre investidores, credores e a credibilidade do sistema.

PRECEDENTE

A revogação da prisão com base num ofício interno — não público, não gravado — do regulador levanta sinais de alerta sobre os critérios que justificam medidas cautelares graves.

O que antes parecia fuga em potencial foi reclassificado com documento que não tinha efeito formal de comunicação escrita.

Para especialistas, o episódio expõe fragilidade institucional:

- A dependência de elementos informais — reuniões não gravadas, comunicações verbais — para decisões finais;
- A utilização de prisão preventiva como medida ampla e de primeiro recurso em crimes financeiros, mesmo quando ainda há possibilidade de controle da investigação por outros meios; e

• Risco de que a regulação financeira e o Judiciário fiquem vulneráveis às narrativas de “negócio legítimo”, mesmo diante de sinais robustos de fraude.

Em outras palavras: se bastasse um ofício interno para anular o risco concreto de fuga, o sistema de fiscalização e prevenção torna-se refém da suposta “boa-fé” declarada pelos investidores. Algo que, segundo os fatos recentes, já se demonstrou falho.

ESCÂNDALO

O que está em jogo vai além de balanços fraudulentos ou aplicações de risco. Essa crise revela fragilidades estruturais nas engrenagens do sistema financeiro e de regulação no Brasil:

- A capacidade de figuras poderosas reverter prisões preventivas com alegações de “negócio legítimo”, mesmo sob suspeita de fraude em larga escala.
- A existência de instituições financeiras que gozavam de aparente legitimidade e captavam recursos massivos oferecendo rendimentos muito acima do mercado, alimentando o endividamento e a promessa de lucros fáceis.
- A fragilidade do controle regulatório, que mesmo após alertas e ações (liquidação, intervenção) não impediu que benefícios judiciais fossem revertidos com base em documentos internos.

Derrite propôs tirar PF dos Estados. As últimas operações da corporação mostraram as ligações entre organizações criminosas e o seu braço político nos estados e no Congresso

Recentemente o Brasil assistiu estarecido a uma cruzada do bolsonarismo contra a Polícia Federal. O bolsonarista Guilherme Derrite, secretário de Segurança de Tarcísio de Freitas, se licenciou do cargo que ocupava no estado para assumir a Câmara dos Deputados com o único objetivo de deturpar completamente o projeto de lei do governo Lula de combate contra as facções criminosas que atuam no país.

MISSÃO ESVAZIAR A PF

O alvo central de Derrite, que assumiu a relatoria do projeto do Planalto, por indicação de Hugo Motta, presidente da Câmara, foi exatamente manietar a Polícia Federal. Suas três principais metas eram, primeiro, impedir que a PF investigasse as facções sem autorização dos governos estaduais, segundo, tentou retirar recursos que garantissem o funcionamento da PF e blindou os bandidos atrapalhando o arresto de bens das organizações criminosas.

Muitas operações da PF eram exatamente contra os esquemas criminosos nos estados. Ter que pedir autorizações aos governadores para agir era sinônimo de parar as investigações. Nada mais favorável aos bandidos. Estrangular financeiramente a PF é outro sonho dos chefes das facções. Afinal, nos últimos meses a PF deu golpes duros no crime organizado, principalmente nos esquemas de lavagem do dinheiro dessas organizações. Atrapalhar o arresto de bens dos criminosos é praticamente um acumpliciamento com as facções. A PF estava incomodando muita gente nos últimos tempos.

Quando ficou claro o empenho dos bolsonaristas para enfraquecer a PF, o país se deu conta que aqueles mesmos políticos corruptos que queriam blindar os seus pares, dificultando e até impedindo a investigação dos crimes do colarinho branco, estavam agora empenhados de corpo e alma — como demonstrou a ação de Derrite — em proteger os chefões do crime organizado e enfraquecer a Polícia Federal. Não era por acaso o ódio à PF. As operações da PF estavam puxando os fios e trazendo a público os novos das ligações dessas facções com os seus braços políticos.

IMPUNIDADE DO PCC

A rixa com a Polícia Federal por parte de grupos bolsonaristas já havia se intensificado após a exitosa operação Carbono Oculto, comandada pela corporação, que desmantelou o esquema financeiro do PCC (Primeiro Comando da Capital), facção que controla, sem ser muito molestada, os presídios, o tráfico, o contrabando e demais crimes em São Paulo.

Só para se ter uma ideia de como essa facção age impunemente no estado, recentemente um ex-integrante da facção resolveu delatar o esquema de lavagem de dinheiro do grupo e foi assassinado por integrantes da própria polícia, numa emboscada no Aeroporto de Guarulhos.

A Operação Carbono Oculto identificou um gigantesco esquema de lavagem do crime organizado envolvendo bancos, fundos e empresas de combustíveis. Na investigação das fraudes financeiras no Banco Master, durante a Operação Compliance Zero, constatou-se que o banqueiro fraudador Daniel Vercaro, preso em seguida, recebeu investimentos de fundos investigados por eles com o PCC e de órgão estaduais.

Durante as investigações detectou-se também que houve uma doação de R\$ 3 milhões para o então candidato a governador Tarcísio de Freitas feita pelo cunhado do dono do Banco Master, Fabiano Campos Zettel. O cunhado do banqueiro, que também é pastor, não só foi o maior contribuinte individual de Tarcísio de Freitas como também despejou mais R\$ 2 milhões na campanha de Jair Bolsonaro à Presidência.

VORCARO E A LAVAGEM

As conexões financeiras de Vercaro e seu cunhado com o crime organizado aparecem nas investigações do fundo Hans 95. O fundo é ligado a Vercaro e se tornou alvo central da PF na Operação Carbono Oculto. A suspeita é de uso de uma rede de fundos para lavar recursos do PCC por meio de operações blindadas — fundos fechados, poucos cotistas e estruturas em cascata que escondiam os beneficiários finais. Um dos eixos das investigações

era a compra de ativos do Banco Master pelo fundo **Hans 95** e fundos sob seu controle. Só o fundo Hans 95, da Reag, aplicou R\$ 124 milhões em CDBs do Master em 2024. A estrutura se aprofunda com fundos subordinados: o Astralo 95 detinha R\$ 622 milhões em títulos do Master em março de 2025, sendo 95% de suas cotas controladas pelo Hans 95. Desse total, R\$ 436 milhões estavam em CDBs e R\$ 186 milhões em crédito privado.

Aí surgem mais coincidências. Uma rede de fundos ligados ao Master adquiriu uma mansão para Vercaro em Brasília. O fundo Termopilas, investigado por suspeita de ligações com o PCC, aportou R\$ 1,65 bilhão na empresa Super Empreendimentos — empresa sem atividade conhecida — dona do imóvel calculado em R\$ 36,1 milhões. Outra coincidência: o cunhado de Vercaro, Fabiano Zettel, foi diretor da Super Empreendimentos entre 2021 e 2024. Ele nega que a empresa tivesse investimentos ligados ao fundo Hans 95 durante sua passagem pela diretoria, mas dados públicos mostram que o Hans 95 já dominava a maior parte do capital da Super em 2024.

GOLPE DE R\$ 12,5 BI

As teias que ligam o bolsonarismo ao crime organizado não param por aí. Outros dois bolsonaristas de carteirinha tentaram interferir para garantir que o Banco Master, responsável por uma fraude gigante de R\$ 12,5 bilhões, fosse vendido na calada da noite para o Banco Regional de Brasília (BRB), numa operação criminosa de “salvamento” do Master. Um terceiro personagem, o governador do Rio, o bolsonarista Cláudio Castro, autorizou que o fundo Rioprevidência, dos servidores estaduais, aplicasse R\$ 1 bilhão em papéis do banco às vésperas da liquidação da arapuca.

O governador de Brasília, Ibaneis Rocha, que autorizou a operação do BRB com o Master, está devendo e até hoje não explicou porque autorizou uma negociata criminosa do banco público do DF com um banco fraudulento e quebrado. O outro bolsonarista envolvido no escândalo foi o senador Ciro Nogueira, do Piauí, que pressionou pela demissão do diretor do Banco Central após a negociata ter sido barrada.

Agora, a Operação “Poço de Lobato”, liderada pela Receita Federal e por órgãos estaduais paulistas e de diversos municípios brasileiros, deflagrada na quinta-feira (27), atingiu 190 alvos ligados ao Grupo Refit, dono da antiga refinaria de Manguinhos, no Rio de Janeiro. O grupo é apontado como um dos maiores devedores de impostos do país. A operação atingiu em cheio o esquema criminoso formado por sonegadores contumazes de impostos que lavavam dinheiro de facções. Os investigadores bloquearam mais de R\$ 10,2 bilhões em bens dos envolvidos.

REFIT LAVANDERIA

Ricardo Magro, o bilionário e magnata dos combustíveis, dono da Refit, tem uma mansão em Nova York. Em 13 de maio deste ano, no Fórum Veja Brazil Insights New York, promovido pela revista da Editora Abril, ele era o centro gravitacional no salão do evento do qual seu Grupo Refit era o patrocinador master. Suas ligações com a política ficaram escancaradas.

O empresário, dono da Refinaria de Manguinhos, no Rio, assistiu às palestras sentado em uma mesa com seu advogado, Tiago Cedraz, o governador Cláudio Castro (PL), do Rio — estado ao qual as empresas de Magro devem bilhões de reais —, e Daniel Maia, presidente da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a entidade encarregada de regular o setor em que Magro atua há décadas.

Logo após a Operação Carbono Oculto, da Polícia Federal, contra o Primeiro Comando da Capital (PCC), ficou claro que o Grupo Refit também fazia parte do esquema criminoso de lavagem de dinheiro usado pelo crime organizado em vários estados. A Operação da PF, que apreendeu quatro navios e 180 milhões de litros de combustível, obrigou o Congresso Nacional a se mexer e apressar a tramitação de um projeto de lei reconhecendo a existência do “devedor contumaz”, figura que se diferencia do devedor eventual.

SÉRGIO CRUZ

Privatização da Sabesp por Tarcísio transformou a sede em negócio

Engenheiro afirma que política de dividendos desidrata investimentos, acelera falhas operacionais e empurra para a população o custo da rentabilidade dos acionistas

Durante décadas, a Sabesp foi considerada um investimento estável, capaz de lucrar mesmo em crise hídrica e ainda manter alto nível de reinvestimento. Agora, com a privatização pelo governo Tarcísio de Freitas, a lógica se altera: dividendos caminham para 100% do lucro distribuído a acionistas e a manutenção preventiva perde espaço. O resultado já aparece na operação. “O objetivo agora é maximizar lucro no menor prazo possível”, diz Amauri Pollachi, especialista em recursos hídricos e conselheiro do ONDAS (Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento). Para ele, o padrão observado é claro. “Estamos institucionalizando a falta de água, e isso ainda vai piorar.” Um ano após a privatização, começam a se tornar visíveis os efeitos do novo modelo: mais falhas no esgoto, episódios recorrentes de despejo não tratado em rios e reservatórios, redução de pressão na rede e atendimento mais lento em reparos. Amauri Pollachi, engenheiro com 30 anos de Sabesp, aponta que a mudança não é pontual, mas estrutural. “A manutenção preventiva está sendo substituída pela corretiva”, afirma. Segundo ele, essa lógica traz risco direto ao abastecimento. “Quando só se conserta depois que estoura, o colapso vira questão de tempo.”

JOSI SOUSA

HP: O que mudou para os acionistas com a privatização da Sabesp?

Amauri Pollachi: A Sabesp sempre foi um porto-seguro para investidores. Mesmo na crise hídrica de 2014-2015, quando os reservatórios estavam no limite, a empresa teve lucro — menor, sim, mas ainda na casa dos R\$ 800 milhões. Em valores atualizados entre 2012 e 2023, ela lucrou perto de R\$ 3 bilhões ao ano, em média. Seus dividendos eram elevados, cerca de R\$ 1,8 bilhão anuais, e, ao mesmo tempo, conseguia investir R\$ 5,3 bilhões por ano em expansão e modernização. Antes, 25% do lucro iam para acionistas e 75% para investimentos. Foi com essa política que chegamos praticamente à universalização de água e esgoto em mais de 375 municípios até 2022. Portanto, não havia, do ponto de vista técnico e financeiro, justificativa para privatizar com o argumento da ineficiência.

E o que acontece agora?

Agora a lógica é outra. A política de dividendos caminha para chegar a 100% do lucro distribuído aos acionistas a partir dos balanços de 2025 e 2026. O foco é maximizar ganho no menor prazo possível. Só que saneamento é obra de longo ciclo: estação de tratamento dura 50, 80, às vezes 100 anos. Quando se muda o foco para rentabilidade imediata, o primeiro corte é em manutenção e pessoal — e aí começam os problemas.

Quais problemas já são visíveis?

Vemos um aumento preocupante de falhas no sistema de esgoto. Em 2021, registraram-se 33 incidentes; em 2025, antes mesmo de terminar o ano, já eram 52. Isso não é acaso. É resultado de uma estratégia de manutenção apenas corretiva, e não preventiva. A equipe foi reduzida, setores esvaziados. Conserta-se só quando estoura — muitas vezes quando já virou escândalo.

Isso explica os recentes despejos de esgoto não-tratado nos rios?

Sim, em rios e represas, inclusive na Guarapiranga. Sistema de esgoto exige manutenção constante. Quando o objetivo passa a ser lucro, abre-se mão da prevenção. É como dirigir com a luz do painel acesa e fingir que não viu.

Então, a falta de água tende a virar rotina?

Sim. A redução de pressão na rede já está sendo sentida. Isso significa que bairros mais altos ou mais distantes dos centros de distribuição começam a sofrer interrupções frequentes. É o que eu

chamo de institucionalização da falta d’água: falta um dia, volta no outro; falta à noite, volta de madrugada — e a população vai se acostumando, como se fosse inevitável.

É inevitável?

É escolha de gestão.

E as tarifas?

Elas virão. E virão pesadas. A empresa não quer adotar políticas de bonificação por economia, como fizemos na crise hídrica passada, porque isso reduz lucro. O aumento deve ser empurrado para depois das eleições. O risco é de uma paulada tarifária para fechar a conta da rentabilidade aos acionistas.

Hoje, quatro ou cinco grupos atuam no saneamento no Brasil. Caminhamos para uma oligopolização?

Em 2015, apenas 238 municípios brasileiros tinham o saneamento privatizado. Em 2025, são 1.820. Cinco grupos controlam 85% das concessões: Aegea, Águas do Brasil, BRK, Equatorial e Iguá. Isso é oligopólio. Os editais já saem moldados para que poucos disputem e, muitas vezes, há acordos de mercado: hoje você ganha, amanhã ganho eu.

A Equatorial, que assumiu a Sabesp, tinha experiência mínima em saneamento. Cuidava de 16 municípios no Amapá, baixa densidade populacional. E agora passa a operar um dos maiores sistemas de água urbana da América Latina.

A reestatização é possível num futuro próximo?

Hoje é difícil, porque o Congresso está alinhado com o projeto privatista. Mas quando as tarifas dispararem, quando faltar água com frequência, quando o esgoto continuar correndo para os rios e o lucro seguir recorde, a pressão social pode tornar a reestatização inevitável. Vivemos o neoliberalismo tardio. O mundo está fazendo esse caminho (reestatização). Centenas de cidades reestatizaram a água após a experiência fracassada de privatização. Tarifas altas, investimentos insuficientes, falta de transparência, queda na qualidade. O Brasil pode chegar a esse ponto também.

Que alerta você faria aos defensores da privatização e ao conjunto da sociedade?

O alerta é simples: se a água vira mercadoria, a sede vira negócio. A Sabesp que universalizou o serviço foi a Sabesp pública, que reinvestia no próprio sistema. A Sabesp privatizada segue outro rumo. O resultado não é teoria: já está nas torneiras, nos rios e no bolso da população.



“Sabesp está institucionalizando a falta de água”, denuncia engenheiro

“Mata, esfola”: Estudantes de escola cívico-militar são obrigados a entoar canto de violência no PR

Estudantes da rede pública estadual do Paraná foram filmados, nesta sexta-feira (28), enquanto marchavam e entoavam música do Batalhão de Operações Especiais (BOPE), da Polícia Militar do Rio de Janeiro, que exalta a violência policial contra comunidades da periferia. No trecho, os estudantes do Colégio Estadual Cívico-Militar João Turin, em Curitiba (PR), entoam trecho que afirma que sua missão é “entrar na favela e deixar corpo no chão”.

A cena, conduzida por um policial militar responsável pela “formação” dos estudantes, ocorreu na tarde de sexta-feira 28, durante uma atividade de “cívismo e disciplina”. O colégio, que atende 758 alunos do Ensino Fundamental e Médio, com idades entre 11 e 18 anos, adotou o modelo cívico-militar em 2021.

Para o Sindicato dos Professores do Paraná (APP-Sindicato) não se trata de uma exceção. “Desde o início deste programa, temos recebido e denunciado ocorrências semelhantes e até piores em escolas cívico-militares”, afirma Walkiria Mazeto, presidente da entidade.

“É chocante ver a escola pública usada para promover uma doutrinação ideológica extrema, que prega o ódio, a violência, o massacre e o extermínio de comunidades periféricas. Isso reforça a nossa luta contra a militarização da educação”, completou Walkiria à revista Carta Capital. No vídeo, os estudantes



Alunos do Colégio João Turin, em Curitiba (PR)

marcham em volta da quadra enquanto cantavam: “Homem de preto, o que é que você faz? / Eu faço coisas que assusta o satanás. / Homem de preto, qual é sua missão? / Entrar na favela e deixar corpo no chão. / O Bope tem guerreiros que matam fogueteiros. / Com a faca entre os dentes, esfola eles inteiros. / Mata, esfola, usando sempre o seu fuzil”.

Em suas redes sociais, o deputado estadual do Paraná, Renato Freitas (PT), destacou que os defensores da conversão das escolas em cívico-militares diziam que era para evitar a “doutrinação” — que nunca existiu —, mas na verdade o que se vê é a doutrinação ocorrendo efetivamente.

“A narrativa começou com a caça aos ‘professores doutrinadores’ e a farsa da ‘Escola sem Partido’”, disse o parlamentar. “Depois, revelou-se o verdadeiro projeto: esvaziar a educação de seu senso crítico, removendo filosofia, sociologia e artes, para preenchê-la com a disciplina cega e a hierarquia inquestionável do militarismo”, completou.

“Não foi à toa que esse laboratório do conservadorismo teve início no Paraná, transformando escolas em quartéis e alunos em soldados. Agora, esse modelo se espalha para São Paulo e outros estados, como um projeto de poder que avança sobre o futuro da nossa juventude”, continuou Renato.

O caso da escola João Turin é emblemático para o cenário da educação paranaense, pois o governo Ratinho Júnior (PSD) busca expandir o modelo cívico-militar. No mês passado, a Assembleia Legislativa aprovou um projeto do Executivo que amplia o formato para escolas de ensino integral.

O programa prevê a contratação de policiais militares aposentados para atuar e interagir com os estudantes nas escolas. “Os militares são chamados de monitores militares, mas em muitas escolas são conhecidos como diretores militares, em sobreposição à autoridade dos profissionais da educação”, diz a APP-Sindicato em comunicado.

Sob Tarcísio e Derrite, assassinatos de mulheres atingem triste recorde em SP

A capital paulista encerra 2025 com a marca mais trágica da sua história recente: 53 mulheres assassinadas por feminicídio entre janeiro e outubro, o maior número desde o início da série histórica, em 2015. Mesmo sem os dados de novembro e dezembro, o total já supera todos os anos anteriores e expõe, de forma incontornável, o fracasso da gestão estadual na proteção das mulheres — justamente no momento em que o governo Tarcísio de Freitas e o secretário da Segurança Pública, Guilherme Derrite, vendem a narrativa de que a violência está controlada.

Os números foram divulgados no Portal da Transparência da Secretaria de Segurança Pública do Estado e mostram que 2025 ultrapassou os 51 casos de 2024 e avança sobre curvas que deveriam estar em queda: 38 (2023), 41 (2022), 33 (2021), 40 (2020), 44 (2019), 29 (2018), 26 (2017), 13 (2016) e 6 (2015, a partir de abril). O relatório apresenta apenas os feminicídios consumados, ou seja, “não estão incluídas as tentativas de feminicídio, como o caso da mulher que foi atropelada e arrastada por mais de 1 km no sábado (29)”. Ou seja, a realidade é ainda mais alarmante. No estado inteiro, o retrato não melhora: 207 feminicídios entre janeiro e outubro,



Tarcísio e o seu ex-secretário Guilherme Derrite

contra 191 no mesmo período do ano passado — um aumento de 8%. O crescimento acompanha uma tendência nacional, mas São Paulo volta a liderar estatísticas que deveriam envergonhar qualquer governo comprometido com políticas públicas consistentes.

Para a coordenadora do Laboratório de Estudos de Feminicídios (Lesfem), Silvana Mariano, o aumento é multifatorial:

“Uma hipótese que tínhamos com a nova lei, tendo o feminicídio como crime autônomo, era de passarmos também um período em que isso iria contribuir para o crescimento dos números”, disse.

Ela aponta que a tipificação do crime ajuda na precisão estatística, mas não

esconde a escalada da violência. “Por um lado, cresce mesmo a violência contra a mulher. E, por outro, as autoridades estão ficando mais preparadas para olhar para a morte violenta e intencional de mulheres com essa perspectiva de gênero que leva à classificação como feminicídio”, destacou.

Silvana também lembra que o combate ao feminicídio extrapola a segurança pública: “Políticas de educação, saúde, assistência social, renda, trabalho e habitação precisam estar integradas nesse processo de prevenir a violência contra a mulher e estancar essa violência para que não chegue ao feminicídio”. Nada disso aparece como prioridade na atual gestão estadual.



Empresa é uma das principais fornecedoras de insumos bélicos

Trabalhadores da Avibras defendem aporte federal para recuperar empresa

Sindicato compara situação da maior indústria bélica do país com os investimentos realizados na Embraer

O Sindicato dos Trabalhadores da Avibras e representantes da empresa reuniram-se, na última semana, com o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Guilherme Boulos, em Brasília. A entidade sindical voltou a cobrar do governo federal uma solução urgente para reativar a fábrica e socorrer os funcionários, que estão há 32 meses sem receber salários.

O presidente do Sindicato, Weller Gonçalves, destacou a insatisfação dos trabalhadores com a demora do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em apresentar uma saída para a retomada das atividades da Avibras, considerada a principal indústria bélica do país.

A empresa está paralisada há mais de três anos e corre o risco de encerrar definitivamente suas operações caso não haja liberação de recursos por parte do governo federal.

Durante a reunião, que foi realizada na última quarta (26), os representantes da Avibras, Raul Ortúzar e Sami Hassuani, criticaram a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) por ter recuado na promessa de conceder um aporte financeiro para a recuperação da companhia. Em encontro anterior, o ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, havia afirmado que buscaria alternativas de financiamento, mas, segundo a empresa, ainda não houve retorno.

Enquanto deputado, Guilherme Boulos foi autor do Projeto de Lei 2.957/2024, que propõe a estatização da Avibras.

Para a empresa e para parte do sindicato, essa seria uma das saídas para impedir o colapso da fábrica, preservar empregos e manter a capacidade industrial estratégica. O ministro comprometeu-se a encaminhar a situação ao presidente Lula e ao vice-presidente Geraldo Alckmin, a fim de acelerar as discussões internas ainda nesta semana.

A Avibras solicita R\$ 300 milhões para retomar suas operações. Esse valor, segundo a direção, seria suficiente para reativar linhas de produção, pagar dívidas trabalhistas e garantir o início de projetos pendentes.

Ainda, a Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei complementar que autoriza a União a excluir até R\$ 3 bilhões do limite de despesas do Executivo em 2025, desde que os valores sejam direcionados a projetos estratégicos de defesa.

Parte desse montante poderia ser destinada à recuperação da Avibras, conforme estimativas internas que apontam a necessidade de pelo menos R\$ 300 milhões para a retomada das operações.

A empresa afirma que cumpriu uma das exigências do governo Lula para receber novos investimentos: a mudança no controle societário. O antigo proprietário, João Brasil Carvalho Leite, deixou o comando da companhia, porém, até o momento, os recursos continuam bloqueados.

INVESTIMENTOS

Enquanto a Avibras aguarda sinalização, outras empresas estratégicas vêm recebendo investimentos. Também na última semana, o BNDES liberou R\$ 1 bilhão para a Embraer, financiando linhas de produção e vendas internacionais.

O sindicato da Avibras destacou que “não falta dinheiro público para a Embraer”, aumentando a pressão para que o governo dê a mesma atenção a empresas em situação crítica, segundo declaração da entidade durante a reunião.

Desde 2022, o Sindicato dos Trabalhadores da Avibras tem cobrado medidas urgentes para evitar o fechamento da empresa. Houve greves, pedidos de audiência, manifestações públicas e articulações com parlamentares. Para Weller Gonçalves, o governo precisa apresentar uma resposta definitiva, mesmo que seja negativa, para que os trabalhadores possam saber o que esperar daqui para frente.

Projeto da reforma administrativa enfraquece Estado, diz Fonacate

Publicamos, a seguir artigo de Rudinei Marques, presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas do Estado (Fonacate)

Reforma Administrativa em Marcha à Ré

RUDINEI MARQUES*

A Reforma Administrativa, Proposta de Emenda à Constituição – PEC 38/2025, somada a um projeto de lei complementar e outro de lei ordinária, tem sido apresentada como capaz de modernizar o Estado brasileiro e combater privilégios. Entretanto, trata-se de um texto de forte viés fiscalista, sem quaisquer indicações de melhorias efetivas nos serviços públicos.

Pelo contrário, a proposta reduz as capacidades estatais, compromete o pacto federativo, fragiliza a independência dos Poderes, flexibiliza garantias constitucionais indispensáveis e abre espaço para relações precárias de trabalho, como mostramos a seguir, associando os pontos mais graves do texto aos seus efeitos projetados:

1. Violação de cláusulas pétreas: ameaça à independência entre Poderes e ao pacto federativo

Um dos aspectos mais graves da PEC 38/2025 é a ingerência do Poder Executivo federal nas carreiras e estruturas administrativas dos demais Poderes, bem como dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Ao estabelecer competência privativa da União para legislar sobre normas gerais de organização administrativa e de gestão de pessoas, com caráter vinculante para todos os entes federados e Poderes, a proposta fere o princípio da separação dos Poderes e compromete a forma federativa do Estado, ambos protegidos como cláusulas pétreas da Constituição.

- Efeitos projetados:
- Centralização excessiva de poder político e administrativo no Executivo federal.
 - Redução da autonomia dos Estados, DF e Municípios, dos Poderes Legislativo e Judiciário, e dos órgãos constitucionalmente independentes.
 - Uniformização forçada de carreiras, sem considerar realidades regionais, orçamentárias e funcionais.

2. Engessamento constitucional dos investimentos em políticas públicas

A PEC 38/2025 introduz dispositivos que limitam a expansão de quadros, investimentos e políticas estruturantes. Trata-se de um desenho voltado exclusivamente ao ajuste fiscal permanente, impondo restrições constitucionais que reduzem as capacidades estatais.

- Efeitos projetados:
- Redução progressiva da oferta de serviços essenciais, como saúde, educação e segurança pública.
 - Ciclo de subfinanciamento estrutural, inviabilizando respostas às demandas sociais crescentes.
 - Inviabilidade para expansão de programas sociais e de atendimento direto ao cidadão.

3. Burla ao instituto do concurso público e precarização do vínculo estatal

Outro ponto muito preocupante é a autorização explícita de contratação temporária para funções típicas de cargos efetivos, inclusive em áreas estratégicas e exclusivas de Estado.

- Efeitos projetados:
- Erosão do concurso público como mecanismo impessoal e meritocrático de ingresso.
 - Lotação de indivíduos sem vínculo permanente em áreas sensíveis, com acesso a informações estratégicas e prerrogativas exclusivas de carreiras de Estado.
 - Pressão adicional sobre o Regime Próprio de Previdência e sobre o Regime de Previdência Complementar.
 - Expansão do trabalho precário, terceirização disfarçada e rebaixamento salarial generalizado.
 - Substituição de carreiras profissionais por mão de obra volátil, comprometendo a continuidade administrativa – um dos pilares do serviço público.

4. Banalização da Constituição Federal: risco de transformar a Carta Magna em manual gerencial

Com mais de 40 páginas de texto, a PEC 38/2025 promove verdadeira hipertrofia constitucional. Ao inserir normas operacionais e elementos de gestão no texto constitucional, a proposta converte a Constituição em um manual administrativo.

- Efeitos projetados:
- Esvaziamento do caráter republicano e principiológico da Constituição Federal.
 - Engessamento da gestão, já que detalhes operacionais se tornam rígidos e difíceis de modificar.
 - Pressão permanente por novas mudanças constitucionais a cada imperativo gerencial.

Leia a íntegra em horadopovo.com.br

Trabalhadores defendem direitos e fortalecimento do Correio público



Supremo decide contra aposentados e derruba direito à revisão da vida toda

Por 8 votos a 3, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu contra aposentados e pensionistas e cancelou a tese que reconhecia o direito à revisão da vida toda do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O mecanismo que abre a possibilidade de aplicação de uma regra mais vantajosa para segurados no cálculo de suas aposentadorias foi derrubado em julgamento virtual encerrado na terça-feira (25), que consolidou o entendimento da Corte no mesmo sentido, em março de 2024 e em outros julgamentos recentes.

O julgamento ocorreu após recurso do INSS contrário a um caso em que o direito havia sido reconhecido em 2022.

Votaram contra aposentados e pensionistas os ministros Alexandre de Moraes, relator do caso, Cristiano Zanin, Gilmar Mendes, Luis Roberto Barroso (aposentado); Cármen Lúcia; Nunes Marques; Luiz Fux e Dias Toffoli.

Só não acompanharam o relator os ministros André Mendonça; Edson Fachin e Rosa Weber (aposentada).

O Supremo também estabeleceu que aposentados que obtiveram a ‘revisão da vida toda’ em outras instâncias da Justiça não precisam devolver os valores que receberam a mais por conta das decisões favoráveis concedidas até o ano passado.

Com o mecanismo da ‘revisão da vida toda’, o cálculo da aposentadoria poderia ser feito aplicando-se, a depender da situação de cada aposentado, ou a regra de transição ou o regime implantado após a criação, em 1999, do fator previdenciário (uma fórmula matemática para definir o valor das aposentadorias), com a possibilidade de acréscimo no valor de benefícios.

Entidade aprovou campanha pela valorização dos trabalhadores e repúdio à privatização

Os trabalhadores dos Correios de São Paulo e de todo o Brasil iniciaram uma série de mobilizações a partir do último dia 2, para fazer frente à crise que atravessa a estatal, fortalecer a defesa dos Correios como empresa pública e garantir os direitos dos trabalhadores, uma campanha salarial justa com valorização da categoria.

Na terça-feira (2), os trabalhadores lotaram a sede do Sindicato dos Trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e Similares de São Paulo (SINTECT-SP), e aprovaram uma grande mobilização para a caravana nacional e ato unificado na capital federal no dia 10/12, e estado de greve em defesa dos direitos, contra as anunciadas demissões e valorização salarial.

O sindicato “segue na linha de frente da mobilização nacional, atuando de forma estratégica para fortalecer a categoria em todo o país”, afirmou o presidente do SINTECT-SP, Elias Diviza.

“É fundamental que todos os trabalhadores estejam mobilizados e conscientes da importância dessas ações. A unidade da categoria é a nossa maior força na defesa de nossos direitos”, afirmou Diviza.

Segundo o secretário geral do sindicato, Ricardo Adriane de Sousa (conhecido como Peixe), sem privatização e dando a devida importância ao papel social que os Correios têm”, afirmou.

pressão no Palácio do Planalto para cobrar do Lula investimentos em infraestrutura, modernização e aporte de dinheiro”.

“Nós sabemos que depende do Tesouro Nacional, que é quem assina, dá o último aval, mas também depende do Governo Federal que é o Lula”, afirmou Peixe, referindo-se ao empréstimo de 20 bilhões de reais, já aprovado internamente pela empresa.

Ele falou da importância de que os prejuízos da estatal, a crise financeira que já vem “por conta do sucateamento de longa data – pelo menos desde 2017 -, má gestão em outros governos, que se agravou no governo Bolsonaro, não recaiam agora sobre os trabalhadores”.

“Não podemos abrir mão dos nossos direitos, e as nossas principais reivindicações são a reedição de todo acordo coletivo na íntegra, a inflação do período em cima dos salários e dos benefícios”, disse, reconhecendo que, por conta da crise financeira, os trabalhadores sabem que “não podem esperar que vão conseguir um acordo conforme outro- ra”, mas que “tem que ser um acordo coletivo que respeite a realidade”.

De acordo com Peixe, é isso que os trabalhadores defendem, “nenhum direito a menos” e “também a manutenção do Correio Público, de qualidade, sem privatização e dando a devida importância ao papel social que os Correios têm”, afirmou.

Dino defende competência da Justiça do Trabalho para casos de pejetização

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino, defendeu, na sexta-feira (28), a competência da Justiça do Trabalho para julgar casos que envolvam trabalhos flexíveis, como a pejetização, e não a Justiça comum, como defendem alguns magistrados.

No IV Congresso Nacional e II Internacional da Magistratura do Trabalho, em Foz do Iguaçu (PR), Flávio Dino afirmou que a transferência de todos os processos sobre novas formas de trabalho para a Justiça comum criaria “uma segunda Justiça do Trabalho dentro da Justiça estadual” em todos os tribunais.

“Então você vai transformar as varas cíveis em varas trabalhistas, ter duas Justças do Trabalho, a da União e a dos estados. Alguém já mediu o impacto fiscal disso? A taxa de congestionamento da Justiça estadual vai explodir. A gente precisa ter cuidado com aquilo que deseja”, criticou.

No evento, promovido pela Academia Brasileira de Formação e Pesquisa (ABFP), em parceria com a Associação Brasileira dos Magistrados do Trabalho (ABMT), Flávio Dino disse ainda que uma das questões centrais do Tema 1.389 – no qual o STF discute os limites da pejetização e a competência da Justiça do Trabalho para julgar –, é a distinção entre contratos civis legítimos e fraudes.

“Eu já julguei casos assim: ‘Este cidadão é um vendedor de sapato. Ele vende sapato, ele trabalha numa loja de modo subordinado, ele tem horário, portanto ele tem todas as características de um vendedor de sapato. Mas ele é um empresário, ele é uma pessoa jurídica”, exemplificou o ministro.

Segundo o ministro, o grande impasse é que o regime CLT é desafiado por formas intermitentes e temporárias de trabalho. De acordo com ele, o desafio atual é evitar que essas novas formas resultem em trabalho desumano ou precário, sem direito algum.

O ministro reconhece o direito de trabalhadores que atuam em plataformas de transporte ou entrega, de legitimamente, não quererem ter carteira assinada, pois veem a atividade como um “bico” ou complemento de renda, mas, segundo ele, o Estado “deve proteger essa vontade”. Ela “está em consonância com os princípios constitucionais da liberdade econômica e da livre iniciativa”, mas, mesmo quando a opção autônoma é legítima, “ela não deve ser destituída de direitos básicos”, afirmou.

Ele cita, as duas correntes que, hoje, se batem no STF sobre o tema, que deve ser julgado no início de 2026:

“Nós temos dois pacotes, um mais soft e um mais hard. No pacote mais soft, o Supremo diz assim: ‘Tem autonomia, liberdade econômica e livre iniciativa. Mas o beneficiário da atividade tem o dever de garantir seguro contra acidente’ e Previdência. Esse é o pacote mais soft.”

Outra ala, segundo ele, é mais garantista. “Tem outro pacote que diz que, além do seguro e da Previdência, tem de ter repouso semanal remunerado, pelo menos, até porque esse é um preceito bíblico. Repouso semanal remunerado é anterior a Jesus Cristo”, explica o ministro.





Redes Sociais

Papa foi recebido por multidão no Líbano
“Apoiamos publicamente o estabelecimento do Estado da Palestina”, afirma o Papa

O Papa defendeu o estabelecimento do Estado da Palestina a bordo do avião do Vaticano a caminho do Líbano. A defesa da Palestina foi afirmada pelo Papa ao mesmo tempo em que condenou o não reconhecimento do Estado para o povo palestino por parte de Israel: “A Santa Sé tem apoiado publicamente a proposta de uma Solução de Dois Estados há vários anos”.

“Porém, todos sabemos que Israel ainda não a aceita. Mas nós consideramos essa a única solução capaz de resolver o conflito atual”, declarou ele em breve reunião com a imprensa, a bordo do avião papal em voo entre a Turquia e o Líbano.

O pontífice relatou que tratou da questão durante seu encontro em Ancara com o presidente turco, “que aprova totalmente esta proposta”.

“A Turquia desempenha um papel importante neste processo”, ressaltou.

A Santa Sé reconhece o Estado da Palestina desde 2015 e apóia a Solução de Dois Estados.

Desde a sua eleição em maio, Leão XIV expressou a sua solidariedade com a “terra martirizada” de Gaza e denunciou o deslocamento forçado de palestinos.

O Papa declarou no domingo que o Vaticano mantém laços de “amizade” com Israel e se ofereceu como mediador entre os dois lados.

O Papa aterrissou no Aeroporto Internacional Rafic Hariri, em Beirute, onde foi recebido com honras militares na presença de numerosas autoridades religiosas e políticas libanesas.

PALESTINOS

Mais tarde, um grupo de dançarinos tradicionais o recebeu na entrada do palácio presidencial. Muitos jovens ligados a organizações palestinas aguardavam para dar as boas-vindas ao Papa ao longo da rodovia nos subúrbios do sul de Beirute, onde cartazes do líder assassinado Hassan Nasrallah apareciam ao lado de outdoors que saudavam o pontífice e a paz na região.

O papa se reuniu com o primeiro-ministro Nawaf Salam e o presidente do Parlamento, Nabih Berri.

Nesta segunda-feira (01), Leão XIV visitou o mosteiro de Annaya, nas montanhas ao norte de Beirute, que abriga o túmulo do santo maronita mais famoso do país, São Charbel, canonizado em 1977 e reconhecido por unir cristãos, muçulmanos e drusos. Milhares de fiéis o receberam com aplausos, enquanto o papamóvel seguia o caminho até o mosteiro.

“Para o mundo, pedimos paz. Imploramos especialmente para o Líbano e para todo o Oriente Médio”, disse o Pontífice dentro do mosteiro de pedra, iluminado por velas.

Após a visita a Annaya, o Papa seguiu para o santuário de Harissa, também no norte de Beirute, que abriga uma gigantesca estátua de Nossa Senhora do Líbano. As autoridades decretaram feriado nos dias 1 e 2 de dezembro.

UNIDADE ENTRE IRMÃOS

Antes de chegar a Beirute, o Papa fez uma visita de três dias à Turquia, durante a qual peregrinou aos locais onde se realizou o primeiro concílio ecumênico da história da Igreja e participou de uma solene Divina Liturgia na Catedral Patriarcal de São Jorge, em Istambul, onde exortou todos os cristãos a se comprometer com a unidade e a se considerarem sempre como irmãos e irmãs.

Durante a liturgia, o Papa também recordou o gesto histórico que iniciou um caminho de paz, diálogo e unidade entre as Igrejas Católica e Ortodoxa: há 60 anos, Paulo VI e o Patriarca Atenágoras decidiram “apagar da memória da Igreja as excomunhões mútuas de 1054”, que haviam dividido as duas comunidades, assinalou.

TRÊS DESAFIOS

Em seu último discurso antes de deixar a Turquia, Leão XIV listou os três desafios comuns que as igrejas enfrentam atualmente. Diante do cenário de conflitos que hoje ocorrem no mundo, o primeiro desafio é a construção da paz: segundo o Papa, católicos e cristãos ortodoxos são chamados a serem construtores da paz, a trabalhar por ela.

O segundo desafio comum identificado por Leão XIV é a crise ecológica, que exige “uma conversão espiritual, pessoal e comunitária para mudar o rumo e salvaguardar a criação”.

Por fim, o terceiro desafio listado pelo Papa é o “uso responsável” das novas tecnologias. “Católicos e cristãos ortodoxos devem trabalhar juntos para promover o seu uso responsável, a serviço do desenvolvimento integral das pessoas e da acessibilidade universal, para que tais benefícios não sejam reservados a um pequeno número de pessoas e aos interesses de poucos privilegiados”, concluiu.

EUA quer assaltar o petróleo da Venezuela, alerta Maduro à OPEP



“Ação militar é para se apoderar das maiores reservas do mundo”, alerta Maduro

Polícia de Israel invade teatro para impedir a apresentação de crianças palestinas

Em matéria publicada pelo jornal Haaretz, a articulista israelense palestina, Hanin Majadli, intitulada “Trauma sob Oliveira”, conta a invasão policial israelense, minutos antes do início da apresentação infantil da peça musical “Sonhos Sob a Oliveira”.

A invasão foi determinada pelo ministro de Segurança de Israel, o fascista Ben-Gvir.

“Eu vi as imagens da violenta e francamente fascista invasão policial ao Teatro El-Hakawati”, diz Majadli.

Nas imagens vemos “crianças lindas e animadas, vestidas com fantasias, prendendo a respiração enquanto se preparam para subir ao palco”. “De repente”, denuncia, “a gangue de capangas de Itamar Ben-Gvir invade o local gritando, como se tivessem descoberto o esconderijo de uma ‘célula terrorista’”.

A articulista diz que “em seu mundo distorcido, as crianças são ‘pequenos terroristas’, então a crueldade da polícia é apropriada à situação, como uma luva, natural e justificada. ‘Estão ouvindo o que eu estou dizendo? Cinco minutos – todos fora daqui!’, gritam eles, e com isso, o mundo vira de cabeça para baixo”.

“Perseguiam crianças de 5, 7 e 10 anos com fantasias de uma peça que jamais será encenada. Foi engolida pelo drama muito mais sombrio do fascismo israelense”, enfatiza



Crianças são retiradas do Teatro Al Hakawati a jornalista.

“Esse momento quase certamente marcará o primeiro trauma pessoal que as crianças vivenciarão nas mãos de Israel e dos israelenses. Elas não precisarão de livros didáticos para gravar em seus corações quem as assusta”, afirma Majadli.

“Os israelenses sempre alegaram – contra os palestinos – que as escolas palestinas ‘ensinam o ódio’ a Israel e aos israelenses. Mas as verdadeiras lições vêm da escola da vida: policiais que gritam com seus pais, soldados que atiram em seus irmãos, Estado que envia agentes para destruir um pequeno sonho justamente quando ele está prestes a se realizar em um palco na Jerusalém Oriental”.

PROJETAM O NAZISMO

“Não posso deixar de relacionar o incidente das crianças assustadas no teatro em Jerusalém a um vídeo divulgado há alguns dias, no qual

Yotam Zimri e Gadi Taub conversam com seriedade deplorável sobre como nem mesmo a ‘desnazificação’ ajudará a resolver a situação com os palestinos. E assim que eles nos veem”.

“Essa é a profundidade com que essa desumanização se infiltrou. Os dois acreditam que estão revelando algo sobre os palestinos, sua ‘nazificação’, mas, na realidade, estão revelando sua própria fantasia sombria de ‘reeducar’ um povo inteiro”, diz Majadli.

“Se os israelenses insistem em viver nessa fantasia, deveriam se perguntar por que ela deveria ser usada contra a vítima. Afinal, a desnazificação é para quem comete o crime, não para a vítima”, conclui Majadli.

Manifestantes em Paris denunciam que Israel segue assassinando palestinos após cessar-fogo em Gaza

Dezenas de milhares de pessoas se manifestaram em Paris, marchando desde a Praça da República até a Praça da Nação, entoando cânticos como “De Paris a Gaza, resistência!” e “Gaza, Gaza, Paris está com vocês!”, agitando bandeiras palestinas e cartazes com os dizeres “Palestina, não nos calaremos” e “Gaza, o silêncio mata. Parem o genocídio”.

Diversas personalidades políticas, incluindo Jean-Luc Mélenchon, líder do partido França Insubmissa, estavam entre os manifestantes. Sete semanas após a entrada em vigor do cessar-fogo em 10 de outubro, “é preciso lembrar que nada está resolvido”, disse à AFP Anne Tuaille, presidente da Associação França-Palestina Solidariedade (AFPS), uma das 80 ONGs, (Anistia Internacional, Cimade, Attac, etc.), partidos políticos (França Insubmissa, Ecologistas, PCF, etc.) e sindicatos (CGT, Solidaires, FSU, etc.) que convocaram as manifestações.

VIOLA CESSAR-FOGO

“O cessar-fogo é uma cortina de fumaça (...) Israel o viola diariamente, continua impedindo a entrada de ajuda humanitária em Gaza e continua destruindo infraestrutura e casas na Faixa de Gaza. Exigimos um cessar-fogo definitivo e o fim do genocídio”, acrescentou.

Nos termos do cessar-fogo mediado pelos Estados Unidos, o exército israelense recuou para o interior da Faixa de Gaza, além de uma “linha amarela” que ainda lhe



Israel comete violações diárias, alertam os franceses

garante o controle de mais de 50% do território. Mas a trégua nesta guerra assinada no começo de outubro no Egito permanece sendo violada pelo governo genocida de Benjamin Netanyahu diariamente.

O número de pessoas que morreram na Faixa de Gaza nos ataques que começaram em outubro de 2023 subiu para 70.100 informou o Ministério da Saúde palestino neste sábado (29).

Indicou ainda que, desde o cessar-fogo, que teria que ter entrado em vigor em 10 de outubro último, 354 palestinos foram mortos por disparos israelenses.

CISJORDÂNIA

“As sanções são necessárias; é a única maneira de forçar Israel a cumprir o direito internacional”, afirma Anne Tuaille, denunciando a “aceleração inacreditável da atividade de assentamentos” na Cisjordânia, como a violência dos colonos que “atingiu níveis sem precedentes”.

Bertrand, técnico de informática de 42 anos, também acredita que “o massacre e o

genocídio continuam”, como evidenciado, segundo ele, pelos vídeos de dois homens mortos na quinta-feira durante uma operação conjunta da polícia e do exército israelenses em Jenin. A ONU pediu uma investigação após essa “aparente execução sumária”, informou a TV5 Monde.

Na ausência de sanções econômicas e financeiras, “devemos continuar a exercer pressão nas ruas”, acredita Bertrand.

MAIS MOBILIZAÇÃO

No sudoeste da França, milhares de pessoas também se mobilizaram em apoio à causa palestina. Na região da Dordonha, centenas de pessoas se reuniram em frente ao tribunal de Périgueux. No departamento da Gironda manifestantes participaram de uma marcha, em sintonia com a manifestação nacional realizada em Paris. Em Bordéus, teve lugar a 110ª manifestação organizada pelo Comitê de Ação Palestina que começou na Praça da Vitória, antes de seguir pela avenida Cours Victor-Hugo.

“O mundo conhece muito bem as consequências prejudiciais de intervenções militares dos EUA e seus aliados”, condenou Nicolás Maduro

“Os Estados Unidos pretendem se apoderar das vastas reservas de petróleo do nosso país, as maiores do planeta, através do uso da força militar letal, o que afetaria seriamente o equilíbrio do mercado global de energia”, afirmou a carta enviada pelo presidente Nicolás Maduro, ao secretário-geral da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), Haitham al Ghanis.

No documento apresentado pelo vice-presidente venezuelano Delcy Rodríguez aos mais de 20 países membros da OPEP [além da Venezuela, é integrada pelos Emirados Árabes Unidos; Arábia Saudita; Nigéria; Líbia; Kuwait; Iraque; Irã; Gabão; Guiné Equatorial; Congo e Argélia], o governo sul-americano acusou Donald Trump pelo crime de executar, “desde agosto, uma campanha de assédio e ameaça contra a Venezuela”, colocando “em claro perigo a paz, a segurança e a estabilidade regional e internacional”.

INTERVENÇÕES DOS EUA

“O mundo conhece muito bem as consequências prejudiciais geradas em outros países petroleiros a partir de intervenções militares dos Estados Unidos da América e seus aliados”, alertou a Venezuela, sublinhando seu compromisso de defender a todo custo seus recursos naturais a fim de manter sua integridade e soberania e garantir a posse nacional de suas riquezas.

De forma enfática, Maduro assegurou que esta “ação militar é uma flagrante violação da Carta das Nações Unidas”, que seu povo “permanecerá firme” na proteção de seus recursos naturais e que jamais “cederá a nenhum tipo de chantagem ou ameaça”. Daí, refor-

çou, a necessidade “uma união soberana livre de perturbações externas” das nações detentoras de reservas petrolíferas.

Na contramão do diálogo, Trump aumenta a provocação, com declarações sobre sua invasão “por terra” à Venezuela, ampliando sua presença militar no Caribe e multiplicando os ataques contra supostos “barcos de narcotráfico” em águas internacionais que já assassinaram mais de 80 “criminosos” a seu bel prazer e contra quem não havia qualquer prova apresentada.

Neste fim de semana, o governo dos EUA anunciou o “fechamento total” do espaço aéreo sobre e ao redor da Venezuela, o que forçou a grande maioria das companhias aéreas internacionais a suspender voos, aumentando a pressão sobre Maduro na tentativa de isolar ainda mais o país. A medida deixou inúmeros passageiros venezuelanos retidos no exterior, sem sequer poder retornar por via aérea.

O Ministério das Relações Exteriores venezuelano reagiu e condenou “a ameaça colonialista que busca afetar a soberania de seu espaço aéreo”, no que descreveu como “uma nova, extravagante, ilegal e injustificada agressão contra o povo da Venezuela”.

RESERVAS DO PAÍS

O que está por detrás dos ataques é a gigantesca produção de petróleo da Venezuela, membro da OPEP estabilizada em cerca de 1,1 milhão de barris por dia neste ano, ao redor de 30% do seu potencial histórico no final da década de 1990, o que foi prejudicado pela intervenção norte-americana, que recorreu a golpes de Estado, bloqueio e sanções contra o país sul-americano, desde a chegada do chavismo ao poder com suas ideias independentistas.

Indiciado por fraude e suborno genocida Netanyahu quer indulto

Indiciado por receptação de suborno, fraude e quebra de confiança em pelo menos três casos, diante do avanço do julgamento, o criminoso de guerra Netanyahu pede indulto antecipado ao presidente Isaac Herzog.

Dois dos principais líderes da oposição de Israel, Yair Lapid (Yesh Atid) e Yair Golan (Democratas) repudiaram a arrogante manobra de Netanyahu, declarando que ao pedir o imediato encerramento do julgamento e a retirada das acusações, ele estaria, na verdade, admitindo sua culpa.

Golan esclareceu ainda que “em um julgamento que se arrasta por oito anos, sem que nenhum dos casos contra ele tenha sido arquivado, Netanyahu busca perdão. A única saída a considerar é que ele assuma a responsabilidade pelos atos cometidos, admita a culpa e libere o povo e o Estado ao deixar a atuação política”.

Netanyahu é acusado pela Promotoria de Israel em 3 casos:

1 – Caso 1.000 – Em troca de presentes de luxo, Netanyahu apoiou legislação que isentava negócios do magnata judeu Arnon Milchan de impostos em negócios realizados em Israel. A acusação neste caso é de “Fraude e Quebra de Confiança”.

2 – Caso 2.000 – Netanyahu avançaria legislação em favor do editor do jornal Yedioth Achronot, Arnon Mozes, em troca de cobertura positiva de seu governo. A contrapartida a Mozes seria legislação que dificultaria o recém criado Israel Hayom, de Sheldon Adelson. Também aqui a acusação é de “Fraude e Quebra de Confiança”.

3 – Caso 4.000 – Enquanto ministro das Comunicações, Netanyahu tomou medidas que favoreciam o site Walla

News integrante da companhia Bezeq, de propriedade de Shaul Elovitch, em troca de suborno. Neste caso a acusação considera Netanyahu culpado de receptação de suborno, fraude e quebra de confiança.

Além desses o governo de Netanyahu é ainda investigado, no Caso 3.000, que trata da aquisição – com apoio em suborno – de submarinos Döflin, de fabricação alemã, para a marinha de Israel.

Organizações israelenses também condenam o pedido de Netanyahu, entre elas a diretora do Instituto pela Democracia Israelense, Suzie Navot, professora de Direito Constitucional que atender a ele, seria para os procedimentos criminalísticos por suborno. O que Netanyahu quer é ficar acima da lei”.

Os que apoiam o pedido de Netanyahu são os fascistas que compõem seu governo, entre eles Smotrich e Gvir e ainda Trump, que apoiou os crimes do premiê em Gaza com dezenas de bilhões de dólares em armas, principalmente bombas de uma tonelada de explosivos cada uma, com as quais as tropas de extermínio de Israel destruíram mais de 80% dos prédios em Gaza, incluindo, residências, escolas e hospitais.

Também indiciado por crimes de guerra (da gravidade de genocídio e crimes contra a Humanidade) pelo Tribunal Internacional de Haia, Netanyahu foi ao ar, na mais cínica de suas falas para dizer que passar uma borracha sobre seus crimes seria “do interesse nacional” e que ajudaria a acabar com “a divisão que prejudica os israelenses e põe Israel em risco”, como se não fossem seus crimes e uma crescente oposição a eles a causa da divisão que vive a sociedade de Israel, atingida pelos crimes da ocupação e do apartheid, motivados e alimentados por seu racismo colonialista.



Faixa aberta por grevistas defende previdência e salários (Cruciatti/AFP)

Italianos fazem greve geral contra cortes no orçamento e pela reposição salarial

A Itália foi paralisada, na sexta-feira (28), por uma greve geral em todos os setores públicos e privados numa jornada de protesto contra o orçamento do Estado para o próximo ano, exigindo direitos trabalhistas e condenando o aumento dos gastos militares em detrimento dos programas sociais.

Batizada como «sexta-feira negra» por coincidir com a ‘black friday’ comercial, a greve afetou os transportes (aéreos, ferroviários, metrô e ônibus), escolas, serviços de saúde, com grande adesão, em forte manifestação contra o projeto de orçamento para 2026 do governo ultraconservador liderado pela primeira-ministra de ultra-direita, Giorgia Meloni.

Os jornalistas, parando pela primeira vez em 20 anos, exigiram a renovação da convenção coletiva de trabalho, que não é atualizada desde 2016 — estando os salários ‘congelados’ desde então -, e também defenderam “a importância da informação na vida democrática”, num protesto convocado pela Federação Nacional da Imprensa Italiana (FNSI) com uma magnitude que há décadas não se via na Itália, como confirmou, esta sexta-feira, a Federação.

A paralisação deixou praticamente vazias as redações, pelo que no sábado muitos jornais nem chegaram às bancas na sua edição em papel, os sítios de Internet dos principais jornais diários não foram atualizados, e as agências de notícias Ansa e AGI fecharam mesmo por 24 horas o fio noticioso, enquanto vários canais televisivos, como o canal de informação Rai News 24, anunciaram “programação reduzida” para todo o dia.

Nas principais estações ferroviárias, em Milão, Roma e Nápoles, os painéis de chegadas e partidas exibiam longas listas de cancelamentos e atrasos. A paralisação envolveu trabalhadores da Trenitalia, Trenord e Italo, e os serviços foram normalizados só à noite. Funcionários do setor aéreo também aderiram, provocando o cancelamento e atrasos de voos regionais.

Os trabalhadores exigem aumentos salariais para compensar o crescente custo de vida, um reajuste das pensões com base na inflação atual, além de redução da jornada de trabalho, a implementação de um salário mínimo legalmente obrigatório e a estabilização dos contratos de trabalho temporário.

Leia mais em www.horadopovo.com.br

Putin reitera à União Europeia que o roubo de ativos russos será retaliado

O presidente da Rússia, Vladimir Putin, reiterou à União Europeia que é “roubo de propriedade alheia” o confisco de ativos soberanos russos em bancos europeus congelados ilegalmente desde 2022 e advertiu que haverá uma dura resposta para o que vem sendo discutido em Bruxelas, de passar do “congelamento” até aqui assumido para a expropriação descarada.

Em 2022, após a Rússia socorrer as repúblicas populares do Donbass da ameaça de genocídio de parte dos neonazis instalados no poder em Kiev depois de esperar por sete anos o cumprimento dos protocolos de Minsk, os governos europeus decretaram o congelamento de 258 bilhões de euros (R\$ 1,6 trilhão) de reservas russas em bancos europeus, principalmente no Euroclear, repetindo o congelamento feito pelo então governo Biden de quantia bem menor.

Agora, com a frente no Donbass à beira do colapso e o governo Zelensky afundado em escândalos de corrupção e falido, a alta burocracia da União Europeia tenta socorrer os neonazis de Kiev, requeitando a cínica proposta de saquear as reservas russas, usando-as para “financiar” um “empréstimo de reparações para os ucranianos” no valor de 140 bilhões de euros, que serviria para manter a guerra de expansão da Otan

“até o último ucraniano”, como alardeiam Von der Leyen, Merz, Macron e Starmer.

“O governo da Federação Russa, por minha atribuição, desenvolve um pacote de medidas recíprocas no caso de isso acontecer”, declarou Putin em uma coletiva de imprensa depois da reunião da Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC), no Quirguistão, na semana passada.

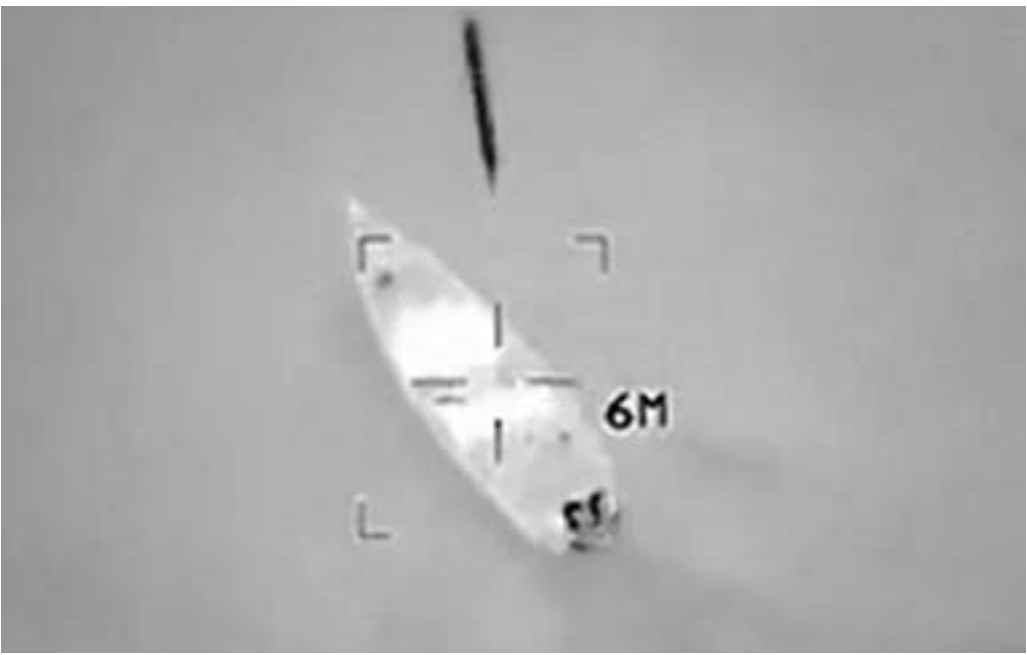
Putin advertiu, ainda, que tal medida só iria prejudicar a credibilidade da zona do euro para o resto do mundo. E que isso afetaria principalmente a Alemanha, que já está em recessão pelo terceiro ano seguido.

A Rússia tem se pronunciado seguidamente contra o absurdo confisco das reservas russas nos bancos ocidentais, ilegais sob a lei internacional – inclusive porque apenas o Conselho de Segurança da ONU pode decretar sanções – e sob as normas internacionais que regem as instituições financeiras e as relações entre Estados.

Aliás, foi esse confisco que apressou em anos a desdolarização ao mostrar a todos os países que, se uma superpotência nuclear como a Rússia pode ser assaltada, então qualquer país pode, desde que essa seja a vontade dos colonialistas e imperialistas. Na sequência, o comércio entre os países dos BRICS nas próprias moedas avançou enormemente.

Leia mais nos site

Vídeo da NBC



Míssil dos EUA se aproxima de barco no caribe instantes antes da sua destruição

Trump anuncia indulto a ex-presidente hondurenho condenado por narcotráfico

A menos de 48 horas da eleição em Honduras, o presidente Donald Trump anunciou na sexta-feira (28) que irá indultar o ex-narcopresidente hondurenho Juan Orlando Hernández, condenado nos EUA no ano passado a 45 anos de cadeia por tráfico de drogas. “JOC”, como é mais conhecido o meliante, é coincidentemente, do mesmo partido de direita cujo candidato ele endossou para presidente de Honduras, Nasry “Tito” Asfura.

Assim, Trump, repetindo o que fez na eleição de Milei, interveio no pleito de Honduras pressionando os hondurenhos a eleger Asfura e condenando Rixi Moncada, a candidata apoiada pela atual presidente Xiomara Castro, do partido Libre (Liberdade e Reconstrução).

Em sua rede Truth Social, Trump vincou explicitamente o indulto ao apoio eleitoral ao candidato presidencial Nasry ‘Tito’ Asfura, do Partido Nacional de Honduras. “Votem em Tito Asfura para presidente e parabéns a Juan Orlando Hernández pelo seu futuro indulto”.

Em outra declaração anterior, Trump disse que ele e Asfura poderiam trabalhar juntos “para combater os narcocomunistas e fornecer a ajuda necessária ao povo hondurenho”.

O indulto ao narcopresidente hondurenho soa ainda mais esdrúxulo quando Trump ameaça invadir a Venezuela exatamente sob pretexto de acabar com o narcotráfico e, nas últimas semanas, destruiu com mísseis ou drones 30 embarcações supostamente envolvidas no tráfico, executando extrajudicialmente mais de 30 pessoas no Caribe e na costa



O agora indultado ex-narcopresidente Juan Orlando Hernandez, no momento em que foi detido em 2022

do Pacífico, além de ter enviado uma frota encabeçada por um porta-aviões nuclear para chantagear a Venezuela.

E acaba de decretar a imposição de uma zona de exclusão aérea sobre a Venezuela, ameaçando as linhas aéreas para que se afastem.

Hernández se tornou presidente do Congresso hondurenho após o golpe que derrubou o presidente legítimo Manuel Zelaya, sucedeu ao interino Porfirio Lobo e depois governou por dois mandatos, de 2014 a 2022, apesar da constituição proibir a reeleição.

A propósito, no golpe de 2009 ficou indistigável o dedo da então secretária de Estado de Obama, Hillary Clinton.

Sob o governo de Hernández, Honduras se tornou o país mais violento do mundo na última década, de acordo com dados das Nações Unidas. Manifestações contra o desvio

de verbas da Previdência em 2017 e acusações de vínculos com o narcotráfico levaram-no ao isolamento e à eleição em 2022 da opositorista Xiomara Castro, mulher do presidente derrubado em 2009.

Embora não faltassem indícios sobre suas ligações com o narcotráfico a situação de Hernández se tornou insustentável quando, em 2018, um de seus irmãos, o ex-congressista Juan Antonio “Tony” Hernández, foi preso em Miami (EUA) por agentes federais, acusado de tráfico de drogas e afinal condenado em 2021 à prisão perpétua.

Em seu segundo – e irregular – mandato, JOH rompeu com um mecanismo anticorrupção promovido sob os auspícios da OEA e de Washington. Após sua derrota nas eleições de 2022, ele teve sua extradição aos EUA aprovada pelo congresso hondurenho.

Leia mais no site do HP

Japão ignora atrocidades que já cometeu e afronta agora o direito internacional, denuncia a China

Lin Jian, porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, reagiu na segunda-feira (1) às declarações de autoridades japonesas que, nos últimos dias, tentaram minimizar os tratados que confirmam Taiwan como parte do território chinês.

“Sempre que questionado, o lado japonês simplesmente evita mencionar a Declaração do Cairo, a Proclamação de Potsdam e o Instrumento de Rendição do Japão — todos documentos que afirmam claramente que Taiwan deve ser devolvida à China —, assim como os quatro documentos políticos que formam a base das relações entre China e Japão e o compromisso político do governo japonês com o princípio de uma só China”, afirmou o representante, sobre as manipulações desencadeadas a respeito pelo governo de Sanae Takaichi.

OBRIGAÇÕES IGNORADAS

Para o porta-voz, o novo governo japonês ignora suas obrigações perante o direito internacional e os próprios compromissos que permitiram seu retorno à comunidade internacional após a Segunda Guerra Mundial.

“Isso demonstra um claro esquecimento das atrocidades cometidas pelo militarismo

japonês, uma séria falta de respeito pela história da Guerra Antifascista e um desafio aberto à autoridade da ONU e à ordem internacional do pós-guerra”, enfatizou o diplomata.

Ele advertiu que o “curso da história não pode ser revertido e a linha vermelha da paz não deve ser cruzada”, observando ainda que o Japão “tenta minimizar a situação” enquanto continua seguindo pelo “caminho errado”. “A China não aceitará isso de forma alguma”.

Jian conclamou Tóquio a “aprender com as lições da história, refletir seriamente, levar em conta o que ouviu da China, retirar as declarações equivocadas — como é devido — e adotar medidas concretas para cumprir seus compromissos políticos com Pequim”.

A imensa maioria dos países do mundo – 181 – mantém relações diplomáticas com Pequim, cuja cláusula pétrea é o princípio de “Uma Só China” e sob a qual Taiwan é uma parte da China a ser reunificada, como já ocorreu com Hong Kong e Macau. A atual situação foi criada, durante a Guerra

Fria, quando o Kuomintang, derrotado na Guerra Civil, refugiou-se em Taiwan, sob proteção da frota norte-americana, o que não muda sua condição de parte inalienável do território da China. Aliás reconhecida pelos EUA desde o governo Carter.

Há duas semanas, inusitada declaração da recém empossada primeira-ministra Takaichi, ameaçando uma “intervenção armada japonesa” no Estreito em caso de uma “emergência em Taiwan”, levou a China a repelir a provocação e advertir sem rodeios que “quem brinca com fogo acaba se queimando”.

BRINCANDO COM FOGO

Uma provocação ainda mais deletéria ao ser cometida no 80º aniversário da vitória na Guerra de Resistência do Povo Chinês contra a Agressão Japonesa e na Guerra Mundial Antifascista, vitória obtida ao custo de 35 milhões de vidas chinesas.

Como destacou o maior jornal chinês, o Diário do Povo, “desde os tempos modernos, o militarismo japonês se envolveu em agressão desenfreada e expansão no exterior, cometendo inúmeros crimes contra a China.

Leia mais no site do HP

Juristas militares acusam Trump por crimes de guerra no Caribe

Após o ataque inicial com míssil ao pequeno barco, um drone mostrou dois sobreviventes. Um segundo disparo “destróçou os dois na água” após ordem verbal de Hegseth, chefe do Pentágono: “matar todos”

Um dos principais jornais dos EUA, o Washington Post, revelou, citando fontes, que no ataque que abriu a campanha militar de Trump no Caribe no dia 2 de setembro, o chefe do Pentágono, Pete Hegseth, deu uma ordem verbal de “matar todos”.

Esse primeiro ataque foi praticamente comemorado pelo próprio Trump, que imediatamente postou um vídeo da execução, declarando que estava aberta sua guerra aos “narcoterroristas”.

Conforme a matéria do Post de sexta-feira (27), após o ataque inicial com míssil ao pequeno barco, um drone mostrou que ainda havia dois sobreviventes agarrados nos destroços fumegantes. Um segundo disparo “destróçou os dois na água”, segundo as fontes.

Um indivíduo envolvido no ataque disse ao jornal: “A ordem [de Hegseth] era matar todos.” Este foi o primeiro de uma série de ataques mortais com mísseis que afundaram 22 pequenos barcos e mataram pelo menos 83 pessoas da Venezuela, Colômbia, Equador e Trinidad.

E, claro, o Pentágono ainda não identificou nenhuma de suas vítimas, nem forneceu qualquer prova de que fossem culpadas de tráfico de drogas ou qualquer outro crime.

Em resposta ao artigo do Post, o Grupo de Trabalho dos Ex-Juizes Advogados Gerais (JAGs), que inclui funcionários que atuaram como assessores jurídicos das Forças Armadas sob administrações anteriores, advertiu de que se trata de “crime de guerra” sob o direito internacional ou “assassinato” sob o código penal.

“Se a operação militar dos EUA para interceptar e destruir embarcações suspeitas de tráfico de narcotraficantes é um “conflito armado não internacional”, como sugere a administração Trump, ordens para “matar todos”, que podem razoavelmente ser consideradas uma ordem para “não dar quartel” e para “double-tap” em um alvo para matar sobreviventes, são claramente ilegais segundo o direito internacional. Em resumo, são crimes de guerra.”

“Se a operação militar dos EUA não for um conflito armado de qualquer tipo, essas ordens para matar civis indefesos agarrados aos destroços de uma embarcação destruída pelo nosso exército submeteriam todos, desde [o secretário de defesa] até o indivíduo que puxou o gatilho, a processos sob a lei americana por assassinato.”

“Independente de os EUA estarem envolvidos em um conflito armado, operações de aplicação da lei ou qualquer outra aplicação de força militar, a lei internacional e doméstica dos EUA proíbe o alvo intencional de pessoas indefesas”, disseram os ex-advogados militares.

“Se as reportagens do Washington Post e da CNN forem verdadeiras, os dois sobreviventes do ataque dos EUA em 2 de setembro de 2025 contra uma embarcação que transportava 11 pessoas ficaram incapazes de continuar sua missão quando forças militares americanas danificaram significativamente a embarcação que as transportava. Nessas circunstâncias, o direito internacional não só proíbe o alvo desses sobreviventes, mas também exige que a força atacante os proteja, resgate e, se aplicável, trate como prisioneiros de guerra. Violações dessas obrigações são crimes de guerra, assassinato, ou ambos. Não há outras opções.”

Os ex-JAGs pediram ao Congresso que investigue a nova reportagem sobre a ordem de Hegseth “e ao povo americano que se oponha a qualquer uso das forças armadas dos EUA que envolva o alvo inten-

cional de qualquer pessoa — combatentes inimigos, não combatentes ou civis — que seja deixada hors de combat (“fora da luta”) como resultado de seus ferimentos ou da destruição do navio ou aeronave que os transportava.”

“Também aconselhamos nossos concidadãos que ordens como as descritas acima são o tipo de ‘ordens manifestamente ilegais’ que todos os militares têm o dever de desobedecer”, disseram.

Esse e demais ataques a barcos no Caribe haviam sido condenados pelo Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Volker Türk, bem como pelo presidente colombiano Gustavo Petro e outros líderes latino-americanos.

A repercussão chegou ao Congresso dos EUA. No Senado, o presidente do Comitê de Serviços Armados, o republicano Roger Wicker, acompanhado pelo membro de maior patente, o democrata Jack Reed, disse que eles “direcionaram investigações ao Departamento [de Defesa] e que ‘realizariam uma supervisão rigorosa para determinar os fatos relacionados a essas circunstâncias.’”

Os deputados Mike Rogers (R-Ala.) e Adam Smith (D-Wash.), presidente e membro sênior do Comitê de Serviços Armados da Câmara, divulgaram uma declaração semelhante.

Duas semanas antes, a NBC News revelou que o Juiz Advogado Geral Sênior (JAG) Paul Meagher, coronel dos Fuzileiros Navais no Comando Sul dos EUA em Miami, havia se manifestado contra os planos de começar a bombardear barcos no Caribe, alertando especificamente em agosto que as operações tornariam os militares responsáveis por execuções extrajudiciais.

Ainda de acordo com o Post, a execução sumária foi supervisionada pelo almirante Frank “Mitch” Bradley, baseado em Fort Bragg, Carolina do Norte, que absurdamente afirmou em uma conferência que os sobreviventes constituíam um alvo legítimo porque poderiam chamar outros supostos traficantes de drogas para resgatá-los e resgatar sua carga. Bradley foi promovido a chefe do Comando de Operações Especiais dos EUA logo após esse ato de assassinato a sangue frio.

ASSALTO AO PETRÓLEO

Hegseth reagiu às denúncias, praticamente confirmando tudo: “Como dissemos desde o início, e em cada declaração, esses golpes altamente eficazes têm a intenção de ser ‘golpes cinéticos letais. A intenção declarada é parar drogas letais, destruir barcos de narcóticos e matar os narcoterroristas que estão envenenando o povo americano.”

O senador democrata Chris Van Hollen disse que a reportagem do Post sobre a ordem de Hegseth deixou ainda mais claro que os atentados a barcos foram “execuções extrajudiciais.” “Hegseth precisa ser responsabilizado”, disse o senador. “Além disso, Trump prometeu ao povo americano que não haveria novas guerras, mas agora está fabricando esse conflito e mentindo sobre seus motivos. Esse belicismo precisa acabar.”

Ao mesmo tempo em que comete execuções extrajudiciais sem qualquer prova e sem julgamento, o governo Trump tenta fazer da recém fabricada “guerra aos narcoterroristas” o pretexto para ressuscitar a “doutrina Monroe”, passar por cima da soberania dos países vizinhos. [...]

Leia a íntegra no site

